

Ofício n.º 196/2021 - 1ªPJ/VRB

Ref: PA - Acompanhamento de TAC n.º MPMG-0720.20.000433-4

Visconde do Rio Branco, 11 de junho de 2021.

Ilmo. Senhor,

Comunico-lhe que o PA - Acompanhamento de TAC n.º MPMG-0720.20.000433-4, no qual Vossa Senhoria figura como representado, foi arquivado por esta Promotoria de Justiça, conforme cópia da promoção de arquivamento anexa.

Na oportunidade, certifico-lhe que, conforme § 3º do artigo 13 da Resolução PGJ CGMP N° 03/2009, Vossa Senhoria poderá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público (Av. Álvares Cabral, n.º 1740 - 10º andar - Santo Agostinho, CEP: 30.170-001 Belo Horizonte/MG), na qual será apreciado(a) o(a) promoção de arquivamento.

Atenciosamente,



MATEUS BEGHINI FERNANDES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ilmo. Senhor,
Mauro Florentino



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procedimento Administrativo nº: 0720.20.000433-4

Representante: de ofício

Representado: Leandro Rodrigues, Mauro Florentino e Rafaela Alves de Souza Miranda

Área de Atuação: Patrimônio Público

Descrição do fato: Acompanhar o cumprimento das cláusulas dos termos de ajustamento de conduta firmados no inquérito civil nº 0720.15.000204-9.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado com a finalidade de acompanhar o cumprimento das cláusulas dos termos de ajustamento de conduta firmados no inquérito civil nº 0720.15.000204-9.

Portaria de instauração à fl. 02.

Cópia do arquivamento do Inquérito Civil nº 0720.15.000204-9 às fls. 03/05.

Termo de Ajustamento de Conduta às fls. 06/20.

Juntada de comprovantes de pagamentos às fls. 34/36.

É o relato do necessário.

No ano de 2015 foi instaurado na 1ª Promotoria de Justiça o Inquérito Civil nº 0720.15.000204-9, com o escopo de apurar eventuais irregularidades no pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Guiricema e, concomitantemente, pagamento integral de salários pela Prefeitura Municipal de Guiricema aos agentes políticos que são servidores municipais efetivos e foram vereadores, nos anos de 2013 e 2014.

Constatou-se no procedimento mencionado que 3 (três) agentes políticos praticaram atos de improbidade administrativa e deveriam ressarcir os danos causados ao erário.

Assim, foram assinados Termos de Ajustamento de Condutas com os vereadores e servidores públicos Leandro Rodrigues, Mauro Florentino e Rafaela Alves de Souza Miranda (fls. 06/20), tendo estes quitado integralmente os débitos, conforme comprovantes bancários de fls. 34/36.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclui-se, portanto, que os TACs foram **integralmente cumpridos**, tendo o presente feito perdido o seu objeto.

Diante do exposto, determino o **arquivamento** do presente **procedimento administrativo**, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução Conjunta PGJ CGMP CSMP nº 1, de 28 de agosto de 2019, remetendo-se os autos ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação e eventual homologação.

Visconde do Rio Branco, 8 de junho de 2021.

Mateus Beghini Fernandes

Promotor de Justiça